

IMORTALIDADE

Uma coletânea de ensaios sobre a vida após a morte

EDITORES

RUSSELL P. SHEDD

ALAN PIERATT

LEON MORRIS

R. V. G. TASKER

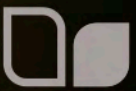
J. I. PACKER

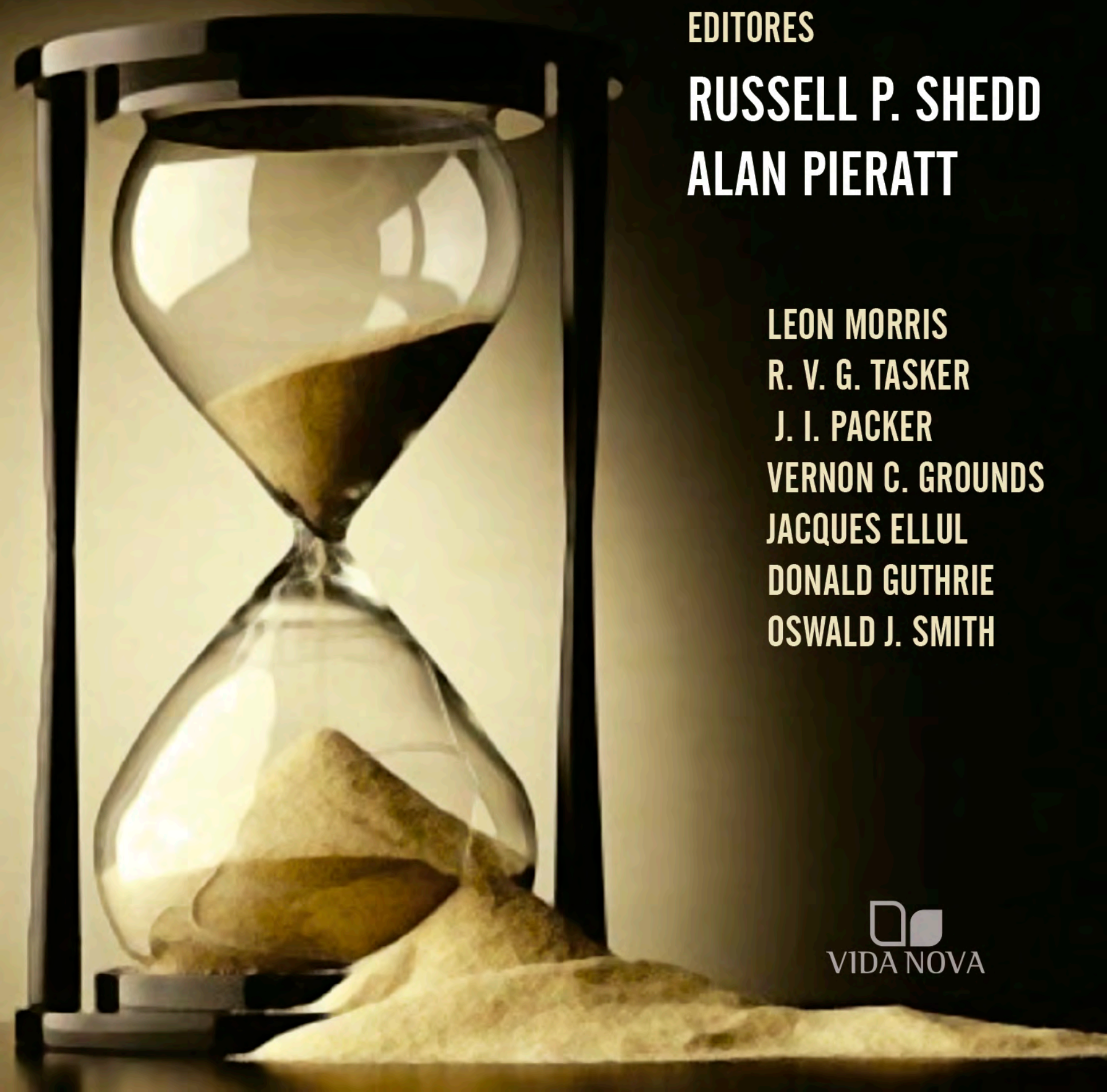
VERNON C. GROUNDS

JACQUES ELLUL

DONALD GUTHRIE

OSWALD J. SMITH


VIDA NOVA



CONTEÚDO

Prefácio dos editores	7
Introdução	9
1. <i>Leon Morris</i> : A Doutrina do Julgamento na Bíblia	17
2. <i>R. V. G. Tasker</i> : A Ira de Deus	65
3. <i>James I. Packer</i> : Nem Todos os Homens Serão Salvos	103
4. <i>James I. Packer</i> : A Morte	115
5. <i>Vernon C. Grounds</i> : O Estado Final dos Ímpios	131
6. <i>Jacques Ellul</i> : <i>Yahweh-Shammah</i> — O Senhor Está Ali	151
7. <i>Donald Guthrie</i> : A Vida Após a Morte	183
8. <i>Alan B. Pieratt</i> : Pensando no Céu	227
9. <i>Oswald J. Smith</i> : Testemunhos no Leito de Morte	249

PREFÁCIO DOS EDITORES

Há mais de trinta anos Edições Vida Nova lançou o livro intitulado *Imortalidade*, de Lorraine Boettner. Apenas mil exemplares foram impressos em Portugal, e logo a edição se esgotou.

Finalmente sai do prelo a nova coleção de ensaios sobre a escatologia pessoal, também intitulada *Imortalidade*. Há muito tempo sentíamos falta de um livro que reunisse informações sobre os temas aqui tratados. Sobre alguns deles, como por exemplo o estado intermediário, a Bíblia lança pouca luz. Mesmo assim, são as Escrituras que fornecem o fundamento sobre o qual os autores (na maioria muito conhecidos e respeitados) construíram sua visão da morte e da vida do além.

Certamente haverá perguntas que não serão respondidas. A Bíblia, nossa única fonte de revelação sobre a existência pessoal após a morte, mantém silêncio em algumas áreas sobre as quais gostaríamos muito de saber. Mas, diante do imenso desafio das freqüentes reivindicações de “profetas” e “visionários” que divulgam “revelações” do céu, do inferno e do estado intermediário, com o mínimo de conteúdo bíblico ou mesmo nenhum, somos gratos a Deus pelo privilégio de oferecer aos estimados leitores uma coletânea tão equilibrada e bíblica.

O incontestável valor de conhecer e meditar na esperança do futuro que todos aguardamos tem sua confirmação nas palavras de Paulo: “Por isso não desanimamos: pelo contrário, mesmo que o nosso homem exterior se corrompa, contudo o nosso homem interior se renova de dia em dia... não atentando nós nas coisas que se vêem ... são temporais, e as que se não vêem são eternas” (2 Co 4.16, 18).

Homens grandemente usados por Deus, em especial Richard Baxter (autor de *O Pastor Aprovado*), meditavam com regularidade na

vida além desta na carne, encontrando grande conforto e ânimo para continuar em seu labor prodigioso e também escrever seu famoso livro *The Saints' Everlasting Rest* (“O Descanso Eterno dos Santos”).

É nosso desejo e petição a Deus que o prezado leitor seja edificado pela leitura de *Imortalidade*.

A Deus seja toda a glória!
Russell P. Shedd, Ph. D.

INTRODUÇÃO

Entramos em águas profundas quando estudamos a natureza da imortalidade e da vida após a morte, pois estamos esquadrihando além do final do mundo presente e o início de uma nova ordem. Somos como os judeus piedosos da época do Antigo Testamento, que estudavam com cuidado as visões de seus grandes profetas, tentando entender as promessas a respeito do Messias e de Seu Reino (*cf.* 1 Pe 1.10). Quando consideramos o fim dos tempos a partir de nossa própria época na história, nossa posição aproxima-se muito da deles. Vivemos antes do cumprimento daqueles grandes eventos preditos para o fim e, portanto, não entendemos o significado de tudo o que está escrito. Estudamos as promessas com afinco, mas sabemos que, em algumas partes, nosso entendimento é obscuro e incerto. Como disse Paulo, vemos o reino vindouro como que por um espelho escuro e distorcido (1 Co 13.12). Mas, assim como os homens fiéis de antigamente, nós cremos, esperamos e estudamos.

Em outro sentido, nossa posição não é igual à dos judeus da época do Antigo Testamento, porque podemos olhar para trás e ver de que forma se cumpriram aquelas profecias acerca da vinda de Cristo como o “servo sofredor” (Is 53.11). Essas profecias cumpridas chegam a centenas e oferecem um forte incentivo para que se estude com muito mais cuidado as que ainda se encontram no futuro, pois certamente elas também se cumprirão de forma literal. Todas as profecias, sejam aquelas cujo cumprimento está hoje no passado ou as que ainda não se concretizaram, fazem parte de um plano divino que está se desenvolvendo no tempo. Aqueles eventos que pareciam tão distantes para os judeus do Antigo Testamento surgiram no horizonte, aconteceram no devido tempo e então transformaram-se em passado.

Aquilo que eles aceitaram como promessa acerca do Messias, nós conhecemos por história. O que lhes parecia estar no futuro tão distante agora repousa em nosso passado remoto. O mesmo acontecerá com as profecias cujo cumprimento ainda permanece em nosso futuro: surgirão no horizonte, acontecerão no devido tempo e repousarão no passado. Algum dia, os fiéis estudiosos das Escrituras examinarão como história as profecias a respeito das últimas coisas, e tudo o que o texto diz e sugere estará perfeitamente claro, pois eles poderão comparar o que foi escrito com o fato real.

Portanto, a própria natureza do tempo é essencial para nosso estudo. Todas as crenças cristãs acerca do futuro e do mundo vindouro estão fundamentadas na pressuposição de que Deus está conduzindo a história para cumprir um plano predeterminado dentro da história. Isso é essencial para se entender a Bíblia. Obviamente, há desacordos quanto aos detalhes sobre como algumas profecias bíblicas devem ser entendidas. Nem todos concordam em questões como o momento do arrebatamento, a natureza do milênio, a condição do homem convertido durante o estado intermediário, ou a maneira como Deus irá cumprir as promessas feitas a Israel. Mas todos os teólogos evangélicos concordam em que o tempo está avançando rumo ao clímax do plano de Deus para os séculos. As passagens proféticas da Bíblia provam que esse plano está estabelecido na mente de Deus. Dentro dos eventos da história da salvação, nada é aleatório (*cf.* Rm 5.6). O próprio fato de as predições feitas na Bíblia ocorrerem mais tarde, exatamente como haviam sido profetizadas, demonstra esse ponto com precisão.

Não admira, portanto, que as três características centrais do plano de Deus para os séculos sejam todas ligadas ao tempo. O plano de Deus é, antes de tudo, histórico. Isto significa que os eventos que o compõem, tais como a cruz e a ressurreição de Cristo, não são mitos que ocorrem apenas no âmbito mágico ou imaginário do eterno. São eventos reais que acontecem no tempo real. Em segundo lugar, o plano de Deus é direcional, ou seja, avança no tempo, com os eventos se cumprindo uns após os outros, na devida ordem. Os eventos anteriores fornecem o fundamento para os que vêm depois. Por exemplo: Cristo teve de sofrer antes de poder levar “cativo o cativo” e “conceder dons aos homens” (Ef 4.8). Por fim, o plano é teleológico, isto é, está avançando para um fim determinado em que se julgará o mundo presente e se criará uma nova ordem.

Estes três aspectos da história da salvação podem ser visualizados em um quadro negro, traçando-se uma linha simples com uma seta na extremidade direita. A linha representa o tempo e seu movimento em direção ao futuro. Os acontecimentos bíblicos que fazem parte desse plano podem ser colocados em certos pontos da linha, para representar o momento em que ocorreram dentro da história. Pode-se incluir qualquer quantidade de eventos, de acordo com o grau de detalhamento a que se deseja chegar. No mínimo, devem-se incluir a criação, o chamado de Abraão, o êxodo, a cruz, a volta futura de Cristo e o clímax final, no dia do julgamento e da criação de um novo céu e uma nova terra. A cruz no centro da linha é vital para se compreender o sentido do todo. Os que viveram antes de Cristo olhavam para a cruz, à frente, buscando a resposta para sua necessidade de salvação. Os que vivem depois da cruz voltam-se para trás, e nela buscam a resposta que foi graciosamente proporcionada por Deus. Ela é o padrão pelo qual se julga toda a história e quem dá significado ao processo todo.

Deve-se ressaltar aqui que o tempo é o veículo do plano de Deus para as eras e que existe uma forma correta e uma forma incorreta de encará-lo. A Bíblia não contém nenhuma indicação de que algum evento ali registrado não seja plenamente temporal e histórico. Apesar disso, ultimamente tem sido comum pensar o contrário em relação a muitos deles, como se não tivessem ocorrido ou não fossem ocorrer dentro do tempo real; como se fossem lendas ou mitos; ou um misto de memória e imaginação. Em parte, esse erro ocorre por causa da tendência de conceber o tempo como algo que se contrapõe à eternidade. Desde as primeiras décadas da Igreja, há os que têm uma inclinação para entender o tempo e a eternidade como se fossem opostos entre si, como se a eternidade fosse uma condição em que não existe tempo. Mas essa é uma concepção grega e não cristã do mundo. Os gregos pensavam que o cosmos possuía duas dimensões: uma superior e outra inferior. Imaginavam que a dimensão maior era atemporal, eterna e perfeita. A dimensão menor seria o mundo das mudanças, em que a natureza se movia em círculos intermináveis de recorrências. Por essa razão, o bom e o perfeito só poderiam ser encontrados no âmbito da eternidade, pois aquilo que é perfeito não pode mudar com o tempo, devendo permanecer imutável. Isto se aplicava também a Deus. Em sua perfeição estática, Ele não podia modificar nem adentrar o mundo mutante do tempo real. Portanto, o

alvo e a sina do homem seria escapar do tempo e encontrar a realização na eternidade.

Essa maneira de pensar tem sido muito influente na teologia cristã desde a igreja primitiva. Foi a razão principal de os teólogos da Idade Média não terem nenhum interesse pelo aspecto histórico do cristianismo. Eles se concentraram nos ensinamentos cristãos, em detrimento dos eventos, pois entendiam que só os ensinamentos eram eternos e, portanto, essenciais. Para verificar isso, basta considerar o fato de que não se escreveu nem um texto sobre a vida de Jesus durante todo o período de mil anos da era medieval. Hoje, o protestantismo liberal adota um ponto de vista semelhante. O aspecto temporal do cristianismo é minimizado porque tudo o que é histórico é considerado relativo. Todo e qualquer valor do cristianismo deve ser buscado em seus ensinamentos formais, pois seus eventos históricos não podem ter importância universal.

Basta aqui levantar apenas dois pontos à guisa de resposta. Antes de mais nada, na Bíblia, os acontecimentos do passado sempre são retratados como eventos concretos, assim como as profecias acerca do futuro sempre são descritas como histórias reais que ainda vão ocorrer. A Bíblia nunca insinua outra coisa, senão que um dia Cristo virá em Sua glória, de um modo tão real e literal quanto foram Seus sofrimentos no passado. Portanto, qualquer tentativa de interpretar as profecias bíblicas de forma atemporal, como se representassem algum tipo de cumprimento ou bênção espiritual é alheia à Bíblia. Em segundo lugar, a idéia de eternidade não deve ser entendida em contraste com o tempo. A idéia bíblica de eternidade não é de ausência de tempo, mas de extensão ilimitada de tempo, uma sucessão infinita de eras (*cf.* Ef 2.7 e 1 Tm 6.19). A era presente é limitada em sua duração, tendo um começo e um fim. A era futura só é limitada em um extremo, tendo um começo, mas não tendo, pelo que sabemos, um fim; ao menos, não há limites estabelecidos para ela. Por conseguinte, quando a Bíblia fala do “presente século” e da “era vindoura”, isso não quer dizer que o tempo dará lugar a um período atemporal em que nada acontece e tudo permanece como está. A Bíblia desconhece um Deus atemporal ou um céu sem acontecimentos. A era vindoura está sendo preparada agora, chegará em algum determinado ponto do futuro e será repleta de atividades significativas.

Portanto, apresentamos os artigos deste livro enfatizando que a

Bíblia contém sua própria filosofia de história, em que o aspecto-chave é o cumprimento dos eventos predeterminados dentro do tempo. Esse é o pensamento que une os acontecimentos que serão tratados aqui, incluindo a própria morte, a ressurreição dos mortos, o estado intermediário, o dia do julgamento, a ira de Deus, a chegada da nova cidade de Jerusalém e a natureza da vida com Deus. Tudo ocorre como parte de um plano que existe desde o início. Esses grandes eventos e mudanças virão a nós do futuro e ocorrerão com toda certeza, da mesma forma como o Messias prometido veio. Como o último de nossos artigos salienta, também não são eventos distantes, que não têm relação direta com nossa vida. Todos nós avistamos as “últimas coisas” quando contemplamos a morte, seja ela a nossa ou a de algum ente querido, pois a morte de uma pessoa a conduz diretamente à presença de Deus e à existência do mundo vindouro. Portanto, essas coisas que chamamos de “últimas” são dignas “hoje” de um estudo cuidadoso.

INTRODUÇÃO

Em uma coletânea de artigos sobre as últimas coisas, como a que se encontra neste livro, os assuntos poderiam muito bem ser ordenados de acordo com a cronologia. Nesse caso, primeiro consideraríamos a morte em si, então o estado intermediário, depois o dia do julgamento, depois o céu e o inferno e, por fim, o novo céu e a nova terra. Escolhemos uma seqüência um tanto diferente, começando com dois artigos que, primeiro, discutem o dia do juízo e, depois, a ira de Deus. Esses artigos básicos são, então, seguidos por outros, que descrevem as consequências do julgamento (condenação ou salvação) e, finalmente, alguns artigos acerca de outros aspectos da vida após a morte, tais como a ressurreição, o estado intermediário e o céu propriamente dito.

De certa forma, este primeiro artigo escrito por Morris é a nau capitânia ou a pedra angular desta coleção, pois a doutrina do dia do juízo é o ponto de mudança das eras. Ele está situado tanto no final da era presente como no início da vindoura. Além disso, quase todas as doutrinas estão ligadas de alguma forma à promessa de um julgamento final, quer tratemos da eleição, do livre arbítrio, do pecado original, do alcance da expiação *etc.* Todos os conceitos teológicos encontram seu ponto final lógico nessa noção singular de um julgamento absoluto. O que emerge do outro lado é uma ordem diferente, em que a tensão entre o “é” e o “deve ser” desapareceu para sempre.

A perspectiva de Morris acerca do dia do julgamento é exegética e não teológica. Ele examina com zelo, tanto no Antigo como no Novo Testamento, cada uma das palavras que fazem parte do grupo vocabular em torno da idéia do julgamento. Ele só tira suas conclusões depois de analisar inúmeros textos cuidadosamente. Duas delas merecem ênfase aqui na introdução. A primeira é que a promessa de um dia final de

juízo une os testamentos. No Antigo Testamento, a idéia de que o ato de julgar faz parte da natureza de Deus é repetida várias e várias vezes como um ponto fundamental. No Novo Testamento, é um ensino dado por certo. Não é algo que precise ser defendido, mas uma doutrina que serve como base para outras defesas. É tida como ponto pacífico para todos os cristãos, algo que não se discute (Hb 6.2). Em segundo lugar, Morris mostra que a idéia de que todos os nossos atos serão examinados, a ponto de se verificar se demos ou negamos um copo de água (Mt 10.42), é uma espada de dois gumes que pode amedrontar ou motivar. Ela amedronta porque é totalmente minuciosa, e o padrão de conduta é muito alto. Mas ela também motiva, porque imprime dignidade até nos atos aparentemente insignificantes realizados no serviço de Cristo.

Publicado originalmente como *The Biblical Doctrine of Judgment* por The Tyndale Press, na Inglaterra, em 1960. Tomamos a liberdade de eliminar as notas de rodapé para possibilitar a reprodução do texto completo. Traduzido por Gérson Dudus e Lucy Yamakami.

A DOCTRINA DO JULGAMENTO NA BÍBLIA

I. O JULGAMENTO NO ANTIGO TESTAMENTO: *SHAPHAṬ*

No Antigo Testamento, a idéia básica de julgamento pode ser resumida de uma forma bem simples nas palavras de Deuteronômio 1.17: "... o juízo é de Deus". Isto não nega que haja, no Antigo Testamento, muitas referências ao julgamento do homem tanto quanto aos de Deus. Na verdade, é provável que, se pudéssemos reconstituir a história da palavra até sua mais remota origem, poderíamos descobrir que, em seu primeiro uso, referia-se ao julgamento que os homens exercem. Então, quando sua própria prática lhes deu o conceito de julgamento, eles começaram a aplicá-lo aos poderosos atos de Deus e a pensar nEle como alguém ativo no julgamento. Mesmo assim, precisamos ter em mente que, pelo que sabemos, o julgamento (ou "justiça", "juízo", dependendo da tradução adotada) nunca foi um processo puramente secular. Desde os tempos mais antigos, era uma atividade religiosa. Moisés podia dizer: "... o povo me vem a mim para consultar a Deus... para que eu julgue entre um e outro" (Êx 18.15, 16). O julgamento era uma atividade de um "homem de Deus".

Seja qual for a ordem cronológica correta, não pode haver dúvida de que, em qualquer caso, em termos teológicos, o elemento divino ocupa o lugar de maior importância na religião evoluída do Antigo Testamento. O julgamento, como os hebreus vieram a entendê-lo, é, antes de mais nada, uma atividade de Deus. Javé é "um Deus de justiça" (Is 30.18) ou ainda "o Deus do juízo" (Ml 2.17). O julgamento é a Sua própria atividade, porque ninguém "lhe instruiu na vereda do juízo" (Is

40.14). Ele “faz” o julgamento e é confiável quando assim age (Gn 18.25). Ele ama o juízo (Is 61.8). O julgamento Lhe é tão natural quanto os movimentos para os pássaros (Jr 8.7). “Todos os seus caminhos são juízo” (Dt 32.4). O julgamento (juntamente com a justiça) é “a base do seu trono” (Sl 97.2). Paralelamente, por nove vezes Javé é denominado “Juiz”. Abraão chama-O de “Juiz de toda a terra” e apela a Ele, confiando nessa característica: “Não fará justiça o Juiz de toda a terra?” (Gn 18.25). De maneira semelhante, Jefté pôde dizer: “... o Senhor, que é juiz, julgue hoje entre os filhos de Israel e os filhos de Amom” (Jz 11.27). O salmista ora corajosamente: “Exalta-te, ó juiz da terra; dá o pago aos soberbos” (Sl 94.2).

Passagens como essas não deixam dúvida de que o Antigo Testamento associa intimamente o julgamento com o Senhor. É Sua função. Ele se envolve no julgamento, e os homens sabem que Ele o faz. Podem apelar a Ele em sua condição de juiz. Sua atividade judicial não está limitada a Israel. Ele é “o Juiz de toda a terra”. Mas, como poderíamos esperar, são suas atividades em relação ao Seu próprio povo que recebem mais atenção.

1 • A idéia fundamental: algumas sugestões

Tudo isso não nos diz exatamente o que os hebreus do Antigo Testamento entendiam por julgar. Considerando que estava associado ao Senhor e ao serviço que os homens deveriam oferecer-Lhe, qual era o entendimento exato que os hebreus tinham do termo? Não se pode dizer que os estudiosos alcançaram um consenso nesse ponto. Podem-se discernir três linhas principais de abordagem, aquelas que vêem como idéia principal o governo, o costume e o discernimento. Examinaremos uma por vez.

A. Julgamento e governo

Não há dúvida de que “julgar” não está muito longe de “governar”. Isto impressionou tanto certos estudiosos que eles concluíram que “governar” é a idéia básica de *shaphat* e que a idéia de julgar é secundária. H. W. Hertzberg e V. Herntrich podem ser citados como aqueles que sustentam esse ponto de vista. C. H. Dodd parece aceitar isso como algo axiomático. O fundamento para tal é encontrado nas

Entramos em águas profundas quando estudamos a natureza da imortalidade e da vida após a morte, pois estamos esquadrinhando além do final do mundo presente e o início de uma nova ordem.

Os eventos predeterminados por Deus terão cumprimento certo, e isto se aplica à morte, à ressurreição dos mortos, ao dia do julgamento, à sua ira final. Não estamos falando de eventos distantes ou desligados de nossa realidade. Todos nós avistamos as “últimas coisas” quando contemplamos a morte, seja ela a nossa, seja a de algum ente querido, pois a morte de uma pessoa a conduz diretamente à presença de Deus e à existência do mundo vindouro.

Esta coleção de ensaios sobre a vida após a morte foi selecionada a fim de desafiar, instruir e edificar. Os artigos estão dispostos em tópicos que variam da ira de Deus à natureza da morte, o estado final dos perversos e uma descrição da maravilhosa realidade da vida com o Senhor após a morte. Os autores são nomes muito respeitados no meio evangélico: Packer, Morris, Grounds, Tasker, Ellul e outros. O pastor, professor e estudante da Bíblia encontrarão nesta obra um farto material para usar em seus ensinamentos e pregações.